

# O Brasil e a Era Vargas

## OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

- Identificar as diferentes fases políticas vividas pela Era Vargas entre 1930 e 1945.
- Compreender que o Estado nacional assumiu um papel fundamental no processo de desenvolvimento nacional ao longo de todo esse período.

## DESAFIO DA UNIDADE

- Procure, pela internet, os discursos (áudios, vídeos, textos) proferidos por Getúlio Vargas ao longo dos anos em que esteve no poder e analise as estratégias utilizadas por ele para se aproximar das massas.

## ROTEIRO DE ESTUDO

- **Seção 1:** Introdução
- **Seção 2:** A década de 1930 e os nacionalismos
- **Seção 3:** A periodização
- **Seção 4:** Educação e cultura
- **Seção 5:** O modelo social

UNIDADE III

## Para início de conversa

Nesta unidade você tratará do período que vai de 1930 e 1945, durante o qual o Brasil foi governado por Getúlio Vargas, e das transformações ocorridas na estrutura social, política, cultural e econômica brasileira nesses anos.

## SEÇÃO 1

### Introdução

Quando se fala da Era Vargas os historiadores costumam a dizer que é impossível tratar da existência de um único Getúlio Vargas. Isto porque, durante os 15 anos em que exerceu o poder, o político gaúcho teve várias facetas: do líder revolucionário, passando pelo presidente com ares de democrata, pelo nacionalista exacerbado, pelo líder paternal, chegando ao homem forte de um Estado autoritário e repressivo.

Da mesma forma, é possível falar de transformações estruturais vividas pelo país nesse mesmo período: o Brasil agrário deu lugar a um país mais moderno, urbano e industrializado, as relações e as legislações sociais mudaram profundamente, difundiu-se por todo país o que hoje denominaríamos como sendo uma cultura de massas, partidos políticos nasceram e foram extintos com velocidade espantosa, movimentos políticos de diferentes tendências se fizeram ouvir e deixaram fortes marcas na sociedade brasileira.

Para entender esse intenso e complexo período é necessário percorrê-lo com atenção e considerar o contexto internacional no qual ele se enquadra. É isso que pretendemos fazer a partir de agora!

## SEÇÃO 2

### A década de 1930 e os nacionalismos

Ao analisar o contexto histórico que culminou com a chegada de Vargas ao poder, o historiador Boris Fausto afirma que, no Brasil,

As décadas de 1920 e 1930, até a implantação do Estado Novo, foram décadas de intensa fermentação ideológica, refletindo a percepção de que a Primeira República vinha esgotando ou esgotara as expectativas que cercavam sua fundação. A grande depressão mundial e, no plano interno, a revolução de 1930 deram aos intelectuais da época a sensação de que chegara o momento de “explicar o Brasil”; ou seja, para se descobrir novos caminhos, em busca da realização de diferentes ideais, tornava-se necessário

interpretar o passado. Exemplos dessa tendência são as obras de Paulo Prado, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Junior e de outros nomes menos conhecidos.<sup>25</sup>

Ao mesmo tempo, pensadores e intelectuais conservadores também produziram explicações para o Brasil e conceberam uma sociedade baseada na ordem e na valorização do sentimento nacional:

Os pensadores autoritários, com marcas próprias, inserem-se nessa moldura geral. Oliveira Viana, com uma obra extensa, e Azevedo Amaral abandonaram o descritivo, a história política, com raras exceções, tratando de realizar uma leitura histórica estrutural, que lhes permitisse identificar o que seria a verdadeira fisionomia do país... Os dois autores coincidiram em uma visão pessimista de nossa formação, na crítica cerrada ao liberalismo, nas propostas de construção nacional.<sup>26</sup>

O pensamento autoritário, bastante difundido em um país fundado com base no escravismo e no poder dos latifundiários, ganhou força no Brasil das décadas de 1920 e 1930. Além dos exemplos citados por Boris Fausto é possível mencionar as ideias de salvação nacional (presente no seio do movimento tenentista) e de ordem (presente em núcleos católicos da década de 1920, como o Centro Dom Vital) e a noção da sociedade integral (na qual a luta de classe era abominada), que teria em Plínio Salgado – um modernista conservador de 1922 – seu grande divulgador, sobretudo a partir de 1932, quando ele cria o Integralismo.

Além disso, no contexto internacional havia uma consonância com tais premissas. A crise de 1929 tinha sido identificada por economistas, jornalistas e políticos como resultante do modelo liberal então em voga no capitalismo. Deste modo, o antídoto contra novos abalos veio na forma de projetos autoritários e de Estados fortes.

O historiador Eric Hobsbawm aborda essa questão da seguinte maneira:

O velho liberalismo estava morto, ou parecia condenado. Três opções competiam agora pela hegemonia intelectual-política. O comunismo marxista era uma... Um capitalismo privado de sua crença na otimização de livres mercados, e reformado por uma espécie de casamento não oficial ou ligação permanente com a moderada social-democracia de movimentos trabalhistas não comunistas, era a segunda, e, após a Segunda Guerra Mundial, mostrou-se a opção mais efetiva... A terceira opção era o fascismo, que a Depressão transformou num movimento mundial, e, mais objetivamente, num perigo mundial.<sup>27</sup>

Ao chegar ao poder, no final do ano de 1930, Getúlio Vargas encontrou pela frente uma estrutura de Estado tímida e frágil. Até essa data, o Estado brasileiro pouco investia nas questões sociais; os cargos públicos eram ocupados muito mais por parentes, protegidos ou aliados dos detentores do poder local do que por profissionais tecnicamente qualificados para o exercício das funções; gastos com infraestrutura eram ínfimos; e o diálogo entre Estado e sociedade praticamente não existia, ou seja, os detentores do poder pouco se importavam com os anseios e as necessidades da maior parte da nossa população.

Durante os 15 anos da Era Vargas (1930-1945), esse quadro mudou consideravelmente, a começar pela origem e exercício do poder. Se na República Velha

<sup>25</sup> FAUSTO, B. O pensamento nacionalista autoritário (1920-1940). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 30.

<sup>26</sup> Idem.

<sup>27</sup> HOBBSAWM, E. J. A Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Cia. das Letras, 1996, pp. 111-112.

a gênese do poder era o universo local, com Vargas, de forma crescente, o poder vai se concentrar em suas mãos. O traço comum entre esses dois momentos foi o autoritarismo reinante tanto entre as oligarquias rurais da Primeira República, quanto no período varguista.

Ao analisar a mudança na estrutura do Estado e no exercício do poder nesses contextos, Fabio Konder Comparato compreende que

O que se realizou no Brasil a partir de 1930 foi um Estado acanhado. O Estado brasileiro passou a intervir decisivamente no campo econômico e no campo social. Mas com características paternalistas e conciliatórias, evitando que houvesse participação popular nos exercícios das funções públicas e na organização dos poderes.

A Revolução de 30 iniciou-se com o repúdio claro das instituições liberais. Desde o início do governo provisório, por iniciativa de Lindolfo Collor, Vargas lançou-se à criação de uma legislação trabalhista/previdenciária. Além disso, criaram-se órgãos públicos de intervenção na economia. O Departamento Nacional do Café (depois IBC), o Instituto do Açúcar e do Alcool (1933), o Instituto do Cacau (1931), o Instituto Nacional do Mate e o Instituto Nacional do Sal. Todos eles, como dizia Vargas, órgãos superiores aos interesses de cada estado federado. Marcava-se aí esse traço da centralização de poderes a partir de 1930: o repúdio, à descentralização da República Velha.<sup>28</sup>

Foi nesse contexto envolto na ideia de descobrir ou propor um Brasil novo e de valorização dos princípios autoritários e nacionalistas que Getúlio Vargas assumiu a presidência provisória da República no final de 1930. A Aliança Liberal significou uma grande novidade na política brasileira tanto no que diz respeito à questão do poder como da filosofia. A República, até então, tinha sido controlada pelas elites rurais de Minas Gerais e de São Paulo. É certo que esses estados continuaram a ter influência durante as décadas de 1930 e 40, mas, por outro lado, Vargas ampliou as oportunidades dos estados mais fracos. O liberalismo econômico dos tempos da República Velha entrou em ocaso. Em contrapartida, o Estado forte e nacionalista passou a ter novo significado na política nacional. Emergiu, assim, um forte sentido de nação que até então não se conhecia no Brasil.

## SEÇÃO 3

### A periodização

É consensual entre os historiadores que estudam a Era Vargas que esse período se divide em três momentos distintos:

- entre 1930 e 1934 é a fase do governo provisório;
- entre 1934 e 1937 é a fase do governo constitucional;
- entre 1937 e 1945 é a fase do Estado Novo.

Mais do que uma periodização cronológica e linear, tais momentos são verdadeiramente diferentes entre si. Vejamos.

<sup>28</sup> COMPARATO, F. K. Educação, Estado e Poder. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 82.

O governo provisório tem início com a tomada de posse de Vargas e nele são realizadas as primeiras e importantes reformas políticas e sociais no país. Logo nos primeiros anos, Getúlio Vargas criou ministérios (como o Ministério da Educação e da Saúde Pública e o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio), departamentos e órgãos (como o Departamento de Aviação Civil, o Instituto Nacional do Açúcar e do Alcool, o Instituto Nacional de Estatística – atual IBGE, a Ordem dos Advogados do Brasil, o Departamento Nacional do Café etc.), além de códigos (como o Código das Águas e o Código Florestal). Nesses anos Vargas fechou o Congresso Nacional, nomeou interventores estaduais, concentrou poderes e administrou o Brasil sem limites constitucionais. Também nesse mesmo período foram editadas as primeiras leis trabalhistas. Ocorrem ainda algumas revoltas de porte no país, em especial a Revolução Constitucionalista de São Paulo (em julho de 1932) e um processo de afastamento político entre o presidente e alguns importantes líderes tenentistas que haviam participado ativamente do movimento que conduziu Getúlio Vargas ao poder e que aspiravam ter maior espaço e maior poder político.

Vargas reconhecia que sua administração era provisória e seria substituída por um novo governo, eleito pelo povo, assim que uma nova constituição pudesse ser escrita. Ao mesmo tempo, era evidente que desejava cultivar a aprovação popular e ficar no poder o maior tempo possível... Estendeu aos trabalhadores a proteção da lei e estabeleceu as diretrizes para a participação da força de trabalho na política nacional. Um mês depois de tomar o poder, instituiu dois novos ministérios, o da Saúde e Educação e o do Trabalho, Indústria e Comércio, também conhecido como o “Ministério da Revolução”...

Vargas enfrentou grandes dificuldades durante os seus primeiros anos como chefe de Estado. No final de outubro de 1931, soldados demandando uma revolução nos moldes soviéticos apossaram-se por dois dias de seus quartéis em Recife, antes de serem dominados. As greves eram freqüentes, sobretudo contra as companhias ferroviárias e nos portos, e muitas vezes levavam ao derramamento de sangue...

Sua convicção pessoal [de Vargas] da necessidade de harmonizar o conflito de classes e os interesses do capital e do trabalho provinha de noções corporativistas não só testadas na Itália e em Portugal durante os anos 20, como presentes também nos textos de alguns tenentistas. Vargas estabeleceu hierarquias simétricas de associações para patrões e empregados, assegurando um contato institucionalizado entre os dois grupos em todos os níveis, e instituindo o Estado como árbitro entre eles. O corporativismo, ao contrário da democracia liberal, rejeitava a noção da liberdade suprema do indivíduo; na atmosfera de uma crescente depressão mundial, e da aparente incapacidade do Brasil de responder às necessidades sociais, Vargas abraçou um modelo benevolente e intervencionista de Estado orgânico, considerando a sociedade uma coleção de grupos diferenciados e organizados hierarquicamente segundo o papel produtivo ou econômico que desempenhavam.

LEVINE, R.. Pai dos pobres? O Brasil e a Era Vargas. São Paulo: Cia. das Letras, 2001, pp. 48-51.

Já o governo constitucional, como o próprio nome indica, teve como uma de suas características a volta dos processos eleitorais. Durante esse período, apesar de Vargas ter sido mantido no poder por indicação da Assembleia Nacional Constituinte de 1934 e não por votação popular, foram realizadas eleições legislativas e executivas em todo o país. Getúlio estatizou o Lloyd Brasileiro (garantindo o monopólio da navegação de cabotagem no litoral brasileiro) e criou o programa “Hora do Brasil”, por meio do qual dialogava cotidianamente com a população espalhada pelo território nacional.

Apesar de ser um período em que, ao menos aparentemente, o país respirou ares democratizantes, foi durante o governo constitucional que Vargas implantou a Lei de Segurança Nacional (mecanismo direcionado para atos considerados crimes políticos) e reprimiu duramente movimentos de sublevação no país, em especial a Intentona Comunista de 1935, que acabou por levar as lideranças vermelhas para a prisão (como é o caso de Luiz Carlos Prestes) ou, em alguns casos, para a morte sumária.

### Interlúdio Constitucional

O momento decisivo para o governo provisório chegou em 3 de maio de 1933, quando Vargas decretou a realização de eleições para uma nova Assembléia Constituinte. Isso deu a São Paulo o que a guerra não conseguira alcançar, e forneceu a Vargas uma possibilidade de legitimar seu controle e, se bem-sucedido, implementar as metas para uma regeneração nacional. Ele não dava mais a impressão de precisar se cercar de ajudantes, e o círculo mais “íntimo” de colaboradores começou a ser desfeito. Muitos veteranos da Aliança Liberal já tinham deixado a política, e o garboso Oswaldo Aranha fora despachado para Washington como embaixador. Vargas confirmou que uma vez terminada a tarefa da Assembléia Constituinte, seria conveniente eleger um presidente, o que evitaria eleições diretas, mas teria a aparência de uma escolha democrática.

A Assembléia Constituinte de 1933-34 compunha-se de delegados de todos os estados brasileiros, além de quarenta deputados que representavam interesses “classistas”, conforme a fórmula corporativista. Os deputados pró-Vargas, uma coalizão de representantes da maioria dos estados periféricos, os delegados “classistas” e os representantes minoritários dos estados mais importantes opuseram-se aos esforços feitos por São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul de limitar o poder do governo central...

Grande parte da Constituição, e quase todos os decretos-leis subseqüentes de Vargas, eram normativos. Prescreviam, por exemplo, que se separasse um percentual da receita dos impostos federais para atenuar as dificuldades regionais, e que se dessem incentivos para o rádio comercial, desde que todas as estações cumprissem a exigência de transmitir o programa do governo, “A Hora do Brasil”; passavam a dar mais destaque aos feriados patrióticos do que aos religiosos; e, em 1935, exigiam que as escolas de samba fossem legalmente registradas e, conseqüentemente, controladas...

Em março [Vargas], acertou com o Departamento de Polícia de Nova York o envio de dois especialistas em tática anticomunista. Em 1935, decretou a Lei de Segurança Nacional, que suspendia o *habeas corpus* e instituía um tribunal civil e militar, o Tribunal de Segurança Nacional, TSN, para julgar processos contra pessoas suspeitas de ameaçar a “integridade nacional”... O país viveu

sob sucessivos estados de sítio durante todo o período de novembro de 1935 até novembro de 1937, quando, com o apoio dos militares, Vargas derrubou o próprio governo e impôs o Estado Novo, claramente baseado nos regimes fascistas vigentes em Portugal, na Polônia e na Itália.

LEVINE, R.. Pai dos pobres? O Brasil e a Era Vargas. São Paulo: Cia. das Letras, 2001, pp. 65-77.

Por fim, a fase do Estado Novo teve início no final de 1937 e se configurou como um período de ausência de liberdade e de concentração de poderes nas mãos de Vargas. Para muitos historiadores, o Estado Novo foi tão ou mais autoritário e violento que a ditadura militar implantada em 1964 no Brasil. A descrição das violências cometidas pelo Estado contra os presos políticos, as práticas de tortura, a censura, o fechamento do poder legislativo (em todos os níveis) e a extinção dos partidos políticos demonstram o quão radical foi essa fase.

No entanto, no imaginário social, Getúlio continuou aparecendo como um bondoso condutor nacional que prezava pela paz social e garantia os benefícios esperados pelas classes trabalhadoras. Em grande parte, isso se explica pela eficiência do sistema de controle de informação e de censura estruturado no país naquele momento. É possível afirmar que, nesse sentido, Vargas foi mais eficiente do que os militares que dirigiram o Brasil durante o período 1964-1985.

### **A censura durante o Estado Novo**

O Estado Novo foi inaugurado sob a égide de uma fortíssima compressão das liberdades civis. Punições foram impostas para qualquer manifestação e oposição, além de ter sido promovida a repressão e demissões dos não “ajustados” à linha oficial. Por outro lado, interventores substituíram os organismos administrativos e parlamentares. Além disso, foram instituídos tribunais arbitrários e cárceres. A censura à imprensa era total, junto com a censura e confisco de livros.

Além da censura propriamente dita, havia sanções e penas previstas – a maioria em lei – para os infratores: simples advertências, multas e suspensão para os artistas e empresários; suspensão de funcionamento de empresas teatrais e de diversões públicas, apreensão de filmes, cassação de licenças para funcionamento, censura prévia durante determinado tempo, apreensão, suspensão ou interdição de periódicos, destituição de cargos, suspensão do exercício profissional, suspensão de favores e isenções, prisões...

É nesse contexto extremamente favorável que o DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda, criado em 1939, tem papel fundamental. Seu lugar no projeto político-ideológico do Estado Novo é de importância decisiva, já que se constitui num dos mecanismos indispensáveis da difusão da imagem do Estado Novo. É através desse órgão que o Estado Novo irá produzir um discurso que “ênfatiza sobretudo o caráter não arbitrário do Estado, repudiando incessantemente a utilização dos métodos de força e violência, mesmo que, na prática, tal repúdio fosse muitas vezes deixado de lado em nome da garantia

de manutenção da autoridade do regime. De qualquer forma, o papel do DIP sempre foi o de priorizar a propaganda em detrimento da repressão. Aliás, é esse mesmo discurso que justifica e autoriza a violência policial, posto que seu papel é o de garantir e supervisionar o amplo acordo nacional que o Estado Novo diz personificar...

Em um balanço das atividades de 1941, encaminhado ao presidente Vargas, o DIP dava conta de que foram submetidos à censura 3.971 programas de rádio, dos quais foram proibidos 44, e 9.363 letras de músicas, das quais foram interditadas 1.133. Além das proibições, foram “efetuados numerosos cortes em textos que se achavam em desacordo com a orientação do D.I.P., que procura imprimir ao rádio uma orientação moralizadora e útil”, tendo sido este o principal objetivo da censura de letras das canções populares...

Somente em meados de 1945, incentivados pelo clima de instabilidade que já denunciava a iminente queda do Estado Novo, os meios de comunicação e parte da intelectualidade começaram a ensaiar críticas ao regime e à atuação do DIP em particular.

MOBY, A.. Sinal fechado. A música popular brasileira sob censura. Rio de Janeiro: Ed. Obra Aberta, 1994, pp. 73-87.

Agora que você já conhece, em linhas gerais, como se caracterizaram os períodos que compuseram a Era Vargas, que tal saber um pouco mais sobre temas específicos que permearam o cotidiano dos brasileiros naqueles tempos e que ajudam a compreender o que significou esse momento ímpar da história recente do Brasil?

## SEÇÃO 4

### Educação e cultura

Como você deve saber, no Brasil atual as questões relativas à educação são de responsabilidade do Ministério da Educação. No entanto, até 1930 era o Ministério do Interior que legislava sobre o tema “educação” em nosso país.

Foi somente a partir de 1931 que ocorreu a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP), tendo como o seu primeiro ministro o médico sanitário Belisário Penna. A escolha de um profissional da área da saúde para dirigir o órgão indica a relação estabelecida por Vargas entre os campos da educação e da saúde. Educar era, portanto, tornar o indivíduo sadio intelectual, física, moral e socialmente.

Poucos anos depois, em 1934, Getúlio Vargas nomeou o advogado mineiro Gustavo Capanema para o cargo de ministro da educação, função que exerceu até praticamente o final do Estado Novo.

Ao longo de mais de uma década, Capanema desempenhou um papel preponderante no que respeita à criação de políticas públicas no campo da educação

e também da cultura, ao mesmo tempo em que contribuiu com a estruturação de um bem elaborado programa de divulgação da imagem pessoal de Vargas por meio de peças publicitárias sistematicamente inseridas – explícita ou implicitamente – nas rádios, jornais, livros didáticos e revistas existentes em todo o território nacional.

É possível afirmar que tal estratégia mostrou-se essencial para a construção da representação de Getúlio como pai dos pobres e protetor da nação no imaginário social, tornando o líder gaúcho o primeiro fenômeno de massas na história política brasileira.

Em torno de si, Capanema reuniu um importante grupo de intelectuais (artistas, poetas, escritores, músicos) como, por exemplo: Mario de Andrade, Rodrigo Melo Franco de Andrade, Heitor Vila-Lobos, Manuel Bandeira, Cândido Portinari, Lucio Costa, Cecília Meireles, Vinícius de Moraes, Afonso Arinos de Melo Franco e Carlos Drummond de Andrade. As ações desses pensadores vinculados ao Ministério da Educação e Saúde Pública foram decisivas para a concepção e criação de organismos como a Universidade de São Paulo (1934), a Universidade do Distrito Federal (1935), o Instituto Nacional do Livro (1937) e o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1937), entre outros.

Capanema equilibrava-se entre assessores que integravam o movimento da Escola Nova (com uma visão mais técnica da educação) e outros que defendiam uma educação na qual a religiosidade (católica) voltasse a ser contemplada e prestigiada pelo Estado. Uma das suas maiores preocupações foi o chamado ensino profissionalizante, tendo ampliado o número dessas escolas no país e conduzido para a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC).

Modernizar a educação, incentivar a pesquisa e preservar as raízes culturais brasileiras foram metas almejadas pelos intelectuais que cercavam o ministro Capanema, mas essas metas nem sempre foram alcançadas, pois muitas vezes esbarravam nos procedimentos centralizadores e burocráticos do regime. No DIP, sob a liderança de Lourival Fontes, iriam reunir-se os remanescentes do modernismo conservador representado pela corrente dos verde-amarelos. Foi esse grupo que traçou efetivamente as linhas mestras da política cultural do governo voltada para as camadas populares. Uma das metas fundamentais do projeto autoritário era obter o controle dos meios de comunicação, garantindo assim, tanto quanto possível, a homogeneidade cultural. A ideologia do regime era transmitida através das cartilhas infanto-juvenis e dos jornais nacionais, passando também pelo teatro, a música, o cinema, e marcando presença nos carnavais, festas cívicas e populares. Em 1940, a Rádio Nacional foi encampada pelo governo. Logo em seguida, foi a vez dos jornais *A Manhã* e *A Noite*. O jornal *A Manhã*, sob a direção de Cassiano Ricardo, e a revista *Cultura Política*, sob a direção de Almir de Andrade, tornaram-se os porta-vozes do regime.<sup>29</sup>

Nesse panorama, o rádio teve papel preponderante no sentido de difundir o projeto político varguista. Por conta disso, a Rádio Nacional do Rio de Janeiro, a mais popular e potente emissora da época, recebia subvenções estatais para contratar cantores e atores populares, para garantir a audiência em seus programas e, ao mesmo tempo, disseminar os padrões comportamentais e os valores socioculturais defendidos pelo Estado.

O MESP teve participação decisiva na criação do programa “A Hora do Brasil”, transmitido todos os dias em rede nacional e do “Repórter Esso”, um jornal radiofônico

<sup>29</sup> [http://www.cpdoc.fgv.br/nav\\_historia/htm/anos37-45/ev\\_ecp001.htm](http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/anos37-45/ev_ecp001.htm)

caracterizado pela apresentação rápida das notícias, semelhante aos apresentados nos Estados Unidos.

Nessa estrutura, o povo era compreendido como uma espécie de matéria bruta que deveria ser lapidada, competindo ao Estado, por meio de seus integrantes mais cultos, disseminar o saber para as massas e, ao mesmo tempo, orientá-las quanto ao que deveriam gostar ou não em termos culturais.

Na música popular brasileira, por exemplo, foi a partir desse período que os sambas que até então falavam da malandragem, da vadiagem, da cultura popular e do cotidiano nos morros e periferias cariocas ganharam nova roupagem. Com Vargas nasceram os chamados “sambas da legalidade” ou “sambas da legitimidade”, nos quais a tradicional figura do malandro carioca era descaradamente substituída pela figura do trabalhador honesto, disciplinado, avesso à boemia e dedicado à sua família e à nação.

Você pode ver como isso funcionou na prática comparando algumas músicas produzidas naquele período. Por exemplo, Wilson Batista, um dos grandes compositores de samba do Brasil da década de 1940, experimentou os dois lados dessa moeda. Em 1934 ele compôs “Lenço no Pescoço”, música que é uma verdadeira homenagem ao estilo de vida do bom malandro carioca:

Meu chapéu de lado,  
Tamanco arrastando,  
Lenço no pescoço,  
Navalha no bolso,  
Eu passo gingando,  
Provoco desafio,  
Eu tenho orgulho de ser vadio.  
Sei que eles falam desse meu proceder,  
Eu vejo quem trabalha andar no miserê,  
Eu sou vadio porque tive inclinação  
Quando era criança, tirava samba-canção.

Já no ano de 1940, Batista compôs, em parceria com Ataulfo Alves, a música “O Bonde de São Januário”. Ao olharmos ambas as letras, podemos perceber, com clareza, como a perspectiva do sambista foi moldada de acordo com as normas oficiais do Estado varguista:

Quem trabalha é que tem razão  
Eu digo e não tenho medo de errar  
O bonde de São Januário  
Leva mais um operário:  
Sou eu que vou trabalhar.

Antigamente eu não tinha juízo  
Mas resolvi garantir meu futuro  
Vejam vocês:  
Sou feliz, vivo muito bem  
A boemia não dá camisa a ninguém  
É, digo bem!

Você notou a diferença nada sutil entre o personagem da primeira e o da segunda música escritas por Wilson Batista? O malandro boêmio que tinha orgulho em ser vadio saiu de cena e deu lugar ao trabalhador que decidiu garantir seu futuro e que concluiu que a boemia não dava “camisa a ninguém”! Tal mudança deve especialmente ser atribuída a uma ação do Departamento de Imprensa e Propaganda, o DIP, órgão criado por um decreto presidencial em 1939 com o objetivo de controlar a produção cultural e os veículos de informação no Brasil.

### O DIP e a propaganda: a outra face da censura

É nesse contexto extremamente favorável que o DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda, criado em 1939, tem papel fundamental. Seu lugar no projeto político-ideológico do Estado Novo é de importância decisiva, já que se constitui num dos mecanismos indispensáveis da difusão da imagem do Estado Novo. É através desse órgão que o Estado Novo irá produzir um discurso que “ênfatiza sobretudo o caráter não arbitrário do Estado, repudiando incessantemente a utilização dos métodos de força e violência”, mesmo que, na prática, tal repúdio fosse muitas vezes deixado de lado em nome da garantia de manutenção da autoridade do regime. De qualquer forma, o papel do DIP sempre foi o de priorizar a propaganda em detrimento da repressão...

Em um artigo para a revista *A NOITE*, em janeiro de 1945, o DIP, além de fazer um balanço de suas atividades no ano anterior, reafirmava sua ênfase na cooptação:

*O Departamento de Imprensa e Propaganda, entre múltiplas e complexas atribuições, tem a função de manter-se em contacto com os elementos intelectuais, jornalistas, escritores, cientistas, professores, estudantes, instituições educacionais, sindicatos de classe e associações, desenvolvendo assim vasto plano de cooperação e difusão cultural, do mais alto interesse para o país.*

*O DIP tornou-se assim o centro de vasto movimento intelectual, não só pela sua faculdade de divulgação de tudo quanto interesse à coletividade, como pela acolhida que dá aos que dele se aproximam com o intuito de cooperar na obra de desenvolvimento da cultura e educação do povo brasileiro.*

Em um balanço das atividades de 1941, encaminhado ao presidente Vargas, o DIP dava conta de que foram submetidos à censura 3971 programas de rádio, dos quais foram proibidos 44, e 9363 letras de músicas, das quais foram interditas 1133. Além das proibições, foram “efetuados numerosos cortes em textos que se achavam em desacordo com a orientação do DIP, que procura imprimir ao rádio uma orientação moralizadora e útil”, tendo sido este o principal objetivo da censura de letras das canções populares.

A importância do DIP no esquema de propagação da ideologia do Estado Novo pode ser medida pelo seu *status* dentro do aparelho de Estado: era um órgão diretamente subordinado à Presidência da República e contava com nomes como os de Cândido Mota Filho e Cassiano Ricardo para traduzirem em linguagem popular, reinterpretando, as diretrizes oficiais.

MOBY, A.. Sinal Fechado. A música popular brasileira sob censura. Rio de Janeiro: Ed. Obra Aberta, 1994, pp. 96-97.

O DIP desenvolveu a atividade censória no teatro, no cinema, nas práticas recreativas e esportivas, na radiodifusão e na produção literária. Além disso, o DIP tinha como funções a promoção de manifestações cívicas e culturais, a organização e a promoção de exposições de atividades governamentais e a distribuição de materiais para jornais e rádios contendo a publicidade oficial do governo. Durante o Estado Novo, estima-se que mais da metade das notícias diariamente publicadas pelos jornais brasileiros eram originárias do Departamento.

Com relação ao rádio, o DIP preocupou-se em transformá-lo em um veículo voltado para a difusão dos discursos, mensagens e notícias oficiais. Além disso, competiu ao DIP produzir documentários e pequenos filmes que eram obrigatoriamente exibidos nas salas de cinema de todo o país antes do início dos filmes comerciais. Para tanto, foi criado o INCE (Instituto Nacional de Cinema Educativo), vinculado ao DIP e chefiado pelo cineasta Humberto Mauro, então o maior nome do cinema brasileiro. Entre 1938 e 1941 foram produzidos cerca de 250 filmes com a finalidade de divulgar o Brasil, seu povo, suas tradições e práticas culturais e, principalmente, a ação do Estado na atenção das necessidades nacionais.

A imprensa escrita, que de um modo geral havia se modernizado ao longo da década de 1930 por meio da compra de máquinas e da melhoria do sistema de produção, foi quem mais sofreu com o DIP. Os jornais eram obrigados a publicar todo tipo de material (publicidade, notícias, fotos, manifestos) que fosse enviado pelo órgão, o qual chegava a determinar até mesmo a página e o tamanho que deveria ser destinado para a notícia. Da mesma forma, o DIP também tinha poder de proibir a publicação de qualquer conteúdo ou matéria que fosse considerada contrária ao regime ou a moral brasileira.

Além dos jornais diários, as revistas, as publicações científicas e até mesmo a tradicional literatura de cordel nordestina foram alvos das investidas do DIP. Durante o Estado Novo estima-se que a única figura que foi mais retratada do que Getúlio Vargas nos cordéis foi a do padre Cícero, considerado uma espécie de santo popular pelos nordestinos.

O elitismo brasileiro estabelece uma relação constante entre a modernização getulista e o autoritarismo... Contrário senso, quando se trata da administração cultural, o período Vargas é visto como o ponto alto da trajetória do Estado brasileiro. Muitos intelectuais manifestam sua perplexidade ao constatar que naquele período autoritário tanto se fez em prol da democratização da cultura...

Esta obra é atribuída a Gustavo Capanema. Ele foi, ao longo de toda a sua vida, homem do poder de Estado: oficial de Gabinete de Olegário Maciel, Presidente de Minas em 1930; Secretário do Interior no período da consolidação da Revolução; Interventor de Minas em 1933; ministro da Educação e Saúde, entre 1934 e 1945; deputado federal e senador pela Arena, entre 1966 e 1971. Como ministro, reuniu em torno de si uma enorme plêiade de intelectuais, colocando-os a serviço do Estado.

No aconchego de Capanema, Carlos Drummond de Andrade, Villa-Lobos, Mário de Andrade, Gilberto Freyre, Candido Portinari, Lúcio Costa, Oscar Niemeyer e tantos outros deram a sua contribuição para a projeção do Estado como organizador da cultura. Terminados os governos de Vargas, a cultura

tinha outro estatuto. Arquitetura, patrimônio histórico, música, cinema – todos foram afetados no seu perfil a partir de uma nova relação com a sociedade.

O período desta convivência estreita abarcou todo o Estado Novo. Assim, enquanto se construía a modernidade cultural, intelectuais e oposicionistas eram presos, mortos, torturados, exilados. “Memórias do Cárcere”, de Graciliano Ramos, é o documento pungente desse lado sórdido da modernização getulista...

O legado de Getúlio foi sobretudo a construção de uma institucionalidade inédita para a cultura, ao mesmo tempo em que tratou da elaboração ideológica do patrimônio voltado para a identidade brasileira. Os brasileiros deixaram de ser soltos na história para estarem aderidos a uma matriz étnica na qual se procurou igualar o passado indígena, negro e ibérico. Um pluralismo desconexo foi substituído pelo ideal de miscigenação, do qual eram portadores os modernistas da repartição.

DÓRIA, C. A.. Cultura, Brasil e Estado Novo. <http://pphp.uol.com.br/tropico/html/textos/2390,1.shl>

Em resumo: ao longo da Era Vargas o Estado brasileiro destinou recursos, contratou intelectuais e investiu em equipamentos e mecanismos capazes de produzir uma intensa e permanente propaganda do regime e na exaltação da figura pessoal de Vargas com o objetivo claro de obter a hegemonia política nacional. Para tanto, censura, controle da informação e propaganda maciça foram elementos determinantes.

Em meados de 1945, com o fim da II Guerra Mundial e com a perspectiva de abrandamento das relações políticas no Brasil foi que os meios de comunicação voltaram a respirar ares de maior liberdade e começaram a criticar, mesmo que subliminarmente, o Estado Novo, o DIP e, conseqüentemente, Getúlio Vargas.

## SEÇÃO 5

### O modelo social

Ao assumir a presidência, em 1930, Vargas encontrou uma população nacional majoritariamente espalhada pelas áreas rurais do país. Estima-se que, naquele momento, cerca de 70% dos brasileiros moravam no campo, tinham alfabetização rudimentar e estavam completamente distanciados das decisões políticas e das transformações culturais em curso no país.

Quando Getúlio deixou o poder, em 1945, a realidade social brasileira havia mudado consideravelmente. É certo que a concentração do poder político pouco mudou e que a distribuição da renda foi bastante limitada, mas não há como negar que ocorreram avanços sociais importantes no país, com a criação de uma legislação trabalhista e previdenciária, com o aumento percentual da população urbana, com o acesso ao sistema escolar e à qualificação profissional e com a ampliação dos direitos políticos para setores e grupos antes excluídos, como é o caso das mulheres.

A consolidação da imagem de Vargas como o “pai dos pobres” começou a ser construída logo no começo da década de 1930. O “mito da outorga”, ou seja, a ideia de que Getúlio atendeu graciosamente e voluntariamente as demandas dos diferentes grupos – em especial os mais pobres – que formavam a sociedade brasileira, teve origem em 1932, ano em que uma onda de greves e protestos políticos e sociais atingiu o Brasil, país ainda convulsionado pela crise de 1929 e pela Revolução de 1930. Adalberto Paranhos comenta:

A tese da concessão dos direitos sociais seria propagandeada, na fala trabalhista, como obra da “generosidade” e da “capacidade de antevisão” de Vargas. Ela cumpria, entre outras, a função de amortecedor do impacto dos conflitos de classe. Reforçava a estratégia de tentar apagar da memória dos trabalhadores as lutas que, desde o século passado, vinham se desenvolvendo pelo reconhecimento de seus direitos, lutas essas que marcaram, mais ou menos profundamente, a ação do proletariado urbano durante toda a Primeira República até meados dos anos 30. Daí que, ao proceder à glorificação do Estado – e de Vargas, sua personificação – como o agente que zelava e velava pelos interesses dos trabalhadores, a ideologia do trabalhismo jogava a favor da reafirmação da incapacidade política das classes trabalhadoras.<sup>30</sup>

Essa “tese da concessão dos direitos sociais” a que se refere Adalberto Paranhos ajudou a acentuar a ideia de que em nosso país – historicamente construído a partir de uma secular lógica escravista e da concentração de poder – a luta de classes é algo fora de contexto, um fenômeno “exótico” que não era bem visto pela ordeira e pacífica (ou passiva) sociedade brasileira.

Para tanto, Getúlio Vargas valeu-se de alguns “artifícios”, que iam da repressão aos indivíduos e segmentos mais politizados, até a abordagem paternalista aos grupos populares por meio da apropriação discursiva das reivindicações e lutas desses grupos e do controle dos aparelhos sindicais.

Foi por conta dessas atitudes que, a partir da década de 1930, o 1º de maio deixou de ser um dia de luta dos trabalhadores e se converteu em um dia de festa e de exaltação ao Estado brasileiro materializado na figura de Getúlio Vargas.

### O paraíso da concórdia

Fora da intermediação e da intervenção do Estado não existiria solução. E Vargas, concebido na ideologia do trabalhismo como um artista que esculpiu a política de congraçamento entre as classes, tinha plena consciência disso. Nessa mesma linha de raciocínio, ele alardeava que “o Estado, entre nós, exerce a função de juiz nas relações entre empregados e empregadores, porque corrige excessos, evita choques e distribui, equitativamente, vantagens”. Nisso se resumia, em larga escala, o sentido da hipertrofia do Estado sustentada pelos ideólogos do autoritarismo estatal e encampada pelos trabalhistas.

Segundo o pensamento oficial, o “Estado Autoritário” estava predestinado a ser – e o era, na visão de Marcondes Filho e Getúlio Vargas – o artífice que plasmava o paraíso da concórdia e da conciliação de classes. Nestes alegres

<sup>30</sup> PARANHOS, A. Antídoto para a luta de classes. Revista História Viva. Editora Duetto: São Paulo, Agosto de 2005.

trópicos se produzira um “milagre político”. Para isso ocorrera a “outorga” da legislação social, que afastara do horizonte político brasileiro a perspectiva das lutas de classe. Sem leis trabalhistas não se teriam solucionado os problemas da “unidade, ordem e disciplina”, frisava Segadas Viana, ocupante de alto posto no Ministério do Trabalho.

PARANHOS, A. Antídoto para a luta de classes. Revista História viva. São Paulo: Dueto, Ago. 2005.

Com relação às antigas oligarquias que monopolizaram o poder político e estabeleceram os padrões socioculturais durante toda a República Velha, é possível afirmar que elas continuaram se beneficiando após 1930. A intervenção do Estado na economia protegeu os grandes produtores rurais. Além disso, os créditos agrícolas, a manutenção da estrutura agrária e das condições de trabalho no meio rural e o controle dos trabalhadores no meio urbano foram determinantes para que esses grupos sociais tradicionalmente vinculados ao poder mantivessem sua condição favorável no conjunto social brasileiro durante toda a Era Vargas.

A sociedade brasileira foi convencida – em alguns casos pela força das palavras e dos rituais e em outros pela força da prisão e da tortura (após 1937) – que o melhor era a existência de um Estado forte, que fosse capaz de organizar e atender as necessidades de todos os grupos sociais e assim conduzir a nação no rumo do desenvolvimento econômico. Seria equivocado chamar Vargas de fascista, mas, ao mesmo tempo, é inegável que as ideias corporativistas e autoritárias do fascismo estão na gênese de tais princípios.

Nessa estrutura, caberia ao Estado organizar e controlar a participação e o espaço das diferentes classes sociais nas questões culturais, políticas e econômicas nacionais. O objetivo maior era o bem de todos aqueles que faziam parte da NAÇÃO, sendo Getúlio o seu grande condutor. Sobre tais questões, Azevedo Amaral, um dos principais assessores e ideólogos de Vargas, assim se manifestou em 1934:

O Estado autoritário tem uma doutrina em torno da qual podemos postular a existência de um consenso de opinião nacional... Consentir em atividades políticas contrárias a essas ideologias seria um ato de suicídio, uma lamentável manifestação de imbecilidade política...

A prática do regime democrático só é possível onde as massas populares espontaneamente aceitam uma hierarquia de valores e se submetem sem relutância à direção espiritual e política de chefes implicitamente reconhecidos como guias e orientadores da coletividade.<sup>31</sup>

Outro importante fenômeno social observado na Era Vargas foi o êxodo rural. Desde o início da década de 1930 ocorreu uma diminuição considerável na entrada de estrangeiros em nosso país. A onda nacionalista daquele período, associada ao discurso de união nacional e de valorização do brasileiro (fosse ele branco, negro, índio ou mestiço), explicam o corte no movimento de chegada de imigrantes ao Brasil.

<sup>31</sup> AZEVEDO AMARAL, A. J. de. O Brasil na crise atual. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1934, p. 252.

Em um boletim do Departamento Estadual do Trabalho de São Paulo, publicado em 1934, o diretor do órgão – Papaterra Limongi – incorporado do discurso nacionalista estimulado por Vargas, declarou:

... nos trabalhos fortes e rudes ... o europeu não pode medir-se com os nacionais: grandes marmanjos sanguíneos não raro possuem apenas uma robustez epidérmica, aparente, simplesmente decorativa, que não resiste ao mais ligeiro confronto com a dos minúsculos titãs.

Com essa diminuição na entrada dos imigrantes no país, coube aos camponeses despossuídos ou pequenos proprietários rurais migrarem para as cidades para ocupar os postos de trabalho na indústria em expansão. Em sua maioria eram negros, pardos ou mulatos, enfim, caboclos originários da mais pura mestiçagem que deu origem ao povo brasileiro. Como a industrialização nesse período não dava conta de absorver uma mão de obra muito ampla, o efeito desse movimento campo-cidade foi o aumento dos problemas sociais urbanos: desemprego, ocupação irregular de terrenos, pobreza, violência, marginalização.

Em virtude dessa realidade, o que se viu nas maiores cidades brasileiras entre as décadas de 1930 e 1950 foi o rápido crescimento dos bairros pobres e, em alguns casos, das favelas. Esses grupos sociais populares marginalizados acabaram por constituir uma cultura própria associada às condições a que estavam submetidos.

O principal exemplo desse processo encontrava-se no Rio de Janeiro, a capital federal que passou a reunir um grande número de pessoas em seus morros e áreas depreciadas.

Com relação a esses grupos sociais que integravam a chamada faixa da “pobreza urbana”, a atitude do Estado dirigido por Vargas foi a cooptação, o controle, o ordenamento e a disciplina social:

Em 1929, moradores do bairro do Estácio no Rio de Janeiro, entre os quais muitos operários, artesãos e sambistas viviam na “vadiagem”, haviam transformado seu bloco carnavalesco na primeira Escola de Samba da cidade, a Deixa Falar. Um ano depois, a Estação Primeira de Mangueira era criada no morro do mesmo nome, no Rio.

As autoridades do Governo percebiam a importância e a penetração dessas associações populares, e por isso se interessavam pela sua “organização”. O prefeito do Distrito Federal, Pedro Ernesto, distribuía verbas a todas as associações, desde que atendessem a algumas exigências. Uma era adotar nomes julgados mais apropriados pelas autoridades, outra escolher temas de caráter patriótico e ufanista ou de incentivo ao trabalho. Assim, em 1935, a Vai como Pode passou a se chamar Grêmio Recreativo Escola de Samba da Portela. No ano seguinte, a Escola de Samba Unidos da Tijuca desfilava com o enredo Natureza Bela do Meu Brasil. O estado “disciplinava” o carnaval.<sup>32</sup>

<sup>32</sup> ALENCAR, F., CARPI, L., RAMALHO, M. V.. História da Sociedade Brasileira. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1985, pp. 253-254.



## Síntese

Nesta unidade centramos nossos olhares sobre a chamada Era Vargas e as transformações estruturais ocorridas no Brasil entre as décadas de 1930 e 1940.

Além de ressaltarmos a periodização clássica desse período – segundo a historiografia especializada nesse tema – nos preocupamos em discutir as nuances sociais, políticas, culturais e ideológicas próprias do período.

Enfatizamos ainda o processo de desenvolvimento nacional implementado pelo regime varguista e esperamos que você tenha percebido tal fenômeno e compreendido a sua amplitude e relevância.



## Atividades

**1)** Leia a letra da música “Aquarela do Brasil”, escrita por Ary Barroso em 1939 e disponível na internet. Em seguida responda: Qual a mensagem contida na música e em que medida ela se enquadra na lógica implementada por Vargas no país?

**2)** Faça uma pesquisa a respeito dos nacionalismos da década de 1930 comparando-os com o modelo nacionalista adotado por Getúlio Vargas.

**3)** Elabore um esquema apontando as características que, no seu entendimento, marcaram cada um dos três períodos da chamada Era Vargas.

